

# A FUNÇÃO DAS ORDENS

**ADRIANO MOREIRA**

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa

Presidente do Conselho Geral  
da Universidade Técnica de Lisboa

Tenho presentes os documentos que tiveram a gentileza de me enviar, designadamente os diplomas legais relacionados com o Regime das Associações Públicas Profissionais. Espero que não estranhem que não faça qualquer análise exaustiva desse documento, porque os temas que considero principais neste domínio antecedem qualquer regulamentação e exigem tempo e meditação sobre princípios e valores que estão antes e acima de qualquer eventual intervenção legislativa.

Em primeiro lugar sempre entendi que as Ordens são exemplo relevante do que a doutrina chama instituições, as quais usam ter raízes na conceção do mundo e da vida das comunidades.

Teve grande importância essa doutrina do institucionalismo na época em que a Europa, e logo a seguir o mundo, se envolveram na guerra de 1939-1945, em reação contra o esmagamento das sociedades civis, quer pelos vividos regimes

internos mais ou menos autoritários, quer pelas ambições expansionistas e diretórias da Europa, com papel predominante da Alemanha.

Por outro lado, os institucionalistas, sobretudo da escola francesa, mas também portuguesa, sustentaram a importância das instituições, independentemente dos modelos políticos, mesmo quando se encontravam na contingência de os combater.

A sua posição central foia a de que, nas sociedades humanas, que nesse tempo já politicamente eram de regra as Nações, existem agremiações ligadas por uma ideia de obra ou de empresa que passa de geração em geração, durando no tempo e sustentando uma maneira específica de estar no mundo. Para estes institucionalistas, a tradição, que literalmente significa a passagem de mão em mão, era uma característica das instituições, sem qualquer identificação com as habituais discussões entre correntes políticas conservadoras ou revolucionárias.

As Universidades foram sempre olhadas com essa perspectiva, durando no tempo para além das gerações dos mestres, dos alunos, dos currículos variáveis à medida que as áreas da investigação e do conhecimento exigem arrumos novos, interdisciplina, e transdisciplinas. Lembremos, apenas como exemplo, mas grande exemplo, o que a Universidade de Coimbra representou ao longo dos

séculos na vida portuguesa, até que a República multiplicou as instituições do mesmo tipo e significado, esquecendo por então a esperança na reposição de Évora. Gerações sucessivas de professores, gerações sucessivas de alunos, mudanças entre Lisboa e Coimbra, e sempre a identidade preservada, a ideia de obra ou de empresa sustentada, e aberta à mudança de conteúdo.

Além disso, a instituição marca a identidade dos seus membros, tem uma autoridade que ela própria legitima, uma disciplina que vigia, e sobretudo *regras da arte* que requerem fidelidade dos praticantes e vigilância da instituição.

Tradicionalmente, a relação entre as Ordens e as Universidades foi um traço fundamental, e ainda hoje esse é um dos pontos que exige atenção, sobretudo depois de Bolonha, uma resolução que já mereceu a dignificação corrente de Tratado.

A questão, que não está resolvida satisfatoriamente, tem que ver com a relação entre a *autoridade académica*, que também é institucional, e a *autoridade das Ordens*, um tema que pode ser enquadrado, de maneira imperfeita, entre o *saber* e o *saber fazer*.

Tal questão nunca existiu antes de Bolonha, sendo esta uma orientação que provocou perplexidades, ainda mal resolvidas, quanto à suficiência de formação em várias áreas do saber, que todas interessam às Ordens.

O artigo 10.º da Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro, que estabelece o Regime das Associações Públicas Profissionais, diz expressamente que “as associações públicas profissionais têm a denominação “ordem” quando correspondem a profissões cujo exercício é condicionado à obtenção prévia de uma habilitação académica de licenciatura ou superior e “câmara profissional” no caso contrário”.

Acontece que Bolonha foi aplicado como se o mercado estivesse apressado em receber diplomados universitários, o que os factos dramaticamente estão a desmentir, e também eventualmente tendo em vista diminuir os custos da formação universitária, o que era contrariado pelo método recomendado da tutoria, a exigir maior e competente corpo docente.

A partir desta base, Bolonha foi traduzida como exigindo um *ritmo* de 3+2 ou 4+1, mas esquecendo que a questão não era de ritmo sem nova melodia. Do que se trata é ter mudado a definição da área de concorrência, que é o globalismo, ter mudado a natureza das fronteiras geográficas que passaram, pelo menos na

União, a simples apontamentos administrativos, e daqui a necessidade de alterar os currícula, de renovar a interdisciplina, de avançar para a transdisciplina, e não abreviar cursos concentrando as matérias em menos tempo escolar, simplificando a informação, e o saber. Sobretudo, quando o globalismo coloca em diálogo livre, pela primeira vez na história, todas as áreas culturais, não é seguramente uma boa solução diminuir a importância das humanidades, o conhecimento da circunstância alargada onde se vai exercer a competência dos diplomados, e os problemas *éticos* dos contextos entre tão diversas concepções do mundo e da vida em que vão desenvolver-se as negociações, os contratos, os resultados, e o prestígio.

Por isso me tem parecido que o conceito do ilustre Delors quando formulou o objetivo da sociedade do saber e da informação, esqueceu a sabedoria que lida com os valores. O relativismo que se implantou e cresce não é a melhor rede de solidariedade e identidade da área europeia que a União assume, nem a definição que permite às Ordens o controlo da ética profissional.

Este tema tem aliás uma relação fundamental com aquilo que podemos chamar *as regras da arte*.

As Ordens nasceram numa época em que as profissões que as adotaram se consideravam *profissões liberais*, porque não dependiam em regra de qualquer hierarquia. Lembremos, de exemplo, que a Ordem dos Advogados foi criada em 20 de Junho de 1926, mas a sua origem remonta à primeira metade do século XIX, tendo origem na Associação dos Advogados de Lisboa cujos estatutos datavam de 1838, quando o liberalismo orientava o pensamento político. A Ordem dos Médicos também teve origem numa associação da classe, que viria a transformar-se em Ordem em 24 de Novembro de 1938, abrangendo os médicos que de regra funcionavam em profissão liberal, sofrendo depois várias intervenções legislativas, mas salvaguardando a independência em relação ao Estado, ou formações políticas, tendo sempre em vista a saúde de todos os cidadãos. A Ordem dos Engenheiros, que também sucedeu a uma Associação de 1869, seria Ordem pelo Decreto 27288, de 24 de Novembro de 1936. Por seu lado, a Ordem dos Arquitetos, que teve origem na Irmandade de São Lucas de 1602, passaria pela forma de Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863), por Sociedade dos Arquitetos Portugueses (1902), pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos (1948), pela Associação dos Arquitetos Portugueses (1978) até que em 1998 recebeu o Estatuto de Ordem pelo Decreto n.º 176 de 3 de Julho de 1998.

Entretanto as condições de trabalho mudaram consideravelmente, e a maior parte das Ordens modernas (Biólogos, Economistas, Enfermeiros, Médicos Dentistas, Médicos Veterinários, Notários, Psicólogos, Revisores de Contas, ou Câmara dos Solicitadores) agrupam profissionais com a qualificação universitária que a lei exige, mas geralmente inscritos numa hierarquia ou estadual ou civil.

E esta questão suscita o problema essencial das *regras da arte*, a respeito das quais tem de discutir-se se o *qualificativo* de *profissão liberal* os liberta das ordens hierárquicas, porque as *regras da ética*, e as *regras da arte*, são da responsabilidade da reconhecida capacidade científica, técnica, profissional, e moral, do responsável perante a vigilância da Ordem.

Trata-se, parece-me, de um problema de interesse público que só as Ordens podem servir com autoridade e competência, sobretudo numa data em que a internacionalização, pelos factos, pela aplicação cuidada ou menos cuidada de Bolonha, tudo em clima de *relativismo* e até de *redes* sem formalização conhecida, desafia a conceção do mundo e da vida ocidentais. Não se trata apenas da capacidade científica e técnica reconhecida pela Universidade, nem da perícia profissional certificada pelas Ordens, trata-se do papel das humanidades, dos valores, da responsabilidade ética intransmissível e não submetida a

interesses de outra natureza, geralmente financeira. A crise económica e financeira que atinge tão severamente o Estado e a sociedade civil, que sofre as consequências da má governança nacional e internacional, tem nas Ordens uma defesa, em liberdade, de *segurança dos direitos humanos* ameaçados. É natural que a saúde e a justiça sejam mais frequentemente chamadas à intervenção das Ordens, mas a questão das *regras da arte*, da *independência* de juízo, da *responsabilidade* profissional, são invioláveis pelos interesses da hierarquia que se manifestem em conflito com tais regras da arte.

É certo que durante muito tempo, tal como aconteceu com os títulos universitários, a pertença às Ordens, e a figura de projeção nacional do Bastonário, pareceram contribuir para uma aristocratização da sociedade. Mas não é o que acontece no mundo democrático, pelo menos na sua formulação ocidental, em que o paradigma é a *dignidade* humana, sem distinção de etnia, de nacionalidade, de religião, ou de trabalho: isto porque a regra é que os homens se distinguem pela maneira como vivem, e não pela maneira como ganham a vida.

Temos assim que a *sustentabilidade dos direitos humanos*, que inspira o *estado social* em crise, tem nas Ordens um apoio e uma defesa em que a sociedade civil confia, sobretudo quando princípios como os da não retroatividade das leis, ou



dos direitos adquiridos, são considerados frequentemente como embaraços orçamentais, e não como conquistas da civilização.

Voltando brevemente à relação entre a *autoridade acadêmica* e a *autoridade das Ordens*, julgo que há um risco a evitar, e que é o de um sentido *sindicalista* contaminar as Ordens. Já acontece, com novidade, em órgão de soberania como a magistratura, quer judicial onde menos se entende, quer com o Ministério Público, e com a amenização semântica de Associação já se passa também com as forças de segurança e defesa. Mas os *sindicatos* têm uma função bem definida, e historicamente provada, que não pode contaminar as Ordens, instituições das regras da arte e da ética das profissões. Neste tempo de relativismo, em que o preço das coisas substitui o valor das coisas, nem a Universidade tem que tocar na competência das Ordens, nem as Ordens devem assumir didatismos sem avaliação, quando secularmente o estágio e a ética da profissão são a sua função natural. Não ignoramos que a aplicação de Bolonha levou a inquietações das próprias Ordens. Mas a inquietação da reforma é suficiente para ocupar a geração que recebe o encargo de reger a desordem que lhes fica de herança.

O globalismo que nos desafia aconteceu, como já escrevi, sem projeto de governança conhecido, nem diretório identificável, um efeito colateral de

avanços sem precedente da ciência e da técnica, e da utilização desses avanços por um sistema financeiro sem valores de referência. Como de hábito o esforço para organizar ao menos um conceito que permitisse unificar a visão da unidade, muito mais complexa do que a nossa mundialização que esteve nos seus primórdios, não deixou de ser feita por académicos e comentadores. Tornou-se popular a que definiu essa globalização como “a intensificação das relações económicas, políticas, sociais, e culturais, para além das fronteiras” (Sorensen, 1951), talvez simples demais para ajudar a racionalizar a anarquia em que se tornou a ordem internacional. Foram mais elucidativas, a caminho de uma conceptualização final, as identificações de percursos transnacionais em expansão, em domínios bem identificados parcialmente. Os mercados nacionais oferecendo aos consumidores produtos vindos de longe, a música popular que deixa de ser nacional e reúne multidões em qualquer latitude para escutar executantes de renome mundial, as televisões que dominam os ambientes da informação sem distinção salvo a determinada pela hegemonia, o comércio de comida rápida instalado em todos os lugares. Por cima de tudo, a tecnologia oferecida à área da comunicação é a que mais desafia a indagação sobre a possibilidade de uma comunidade civil globalizada estar em crescimento, ao mesmo tempo que o ditado antigo de que o dinheiro não tem nacionalidade vai provocando uma nova hierarquia de países, e condenando alguns à irrelevância crescente. Durante alguns anos de alegres e pouco esclarecidas perceções, a

divisão entre o Norte rico do mundo e o Sul carinhosamente descrito como composto de países em desenvolvimento, permitiu traçar uma fronteira de pobreza que parecia estabilizada, mas os factos mostram que a mobilidade também atingiu severamente essa realidade, que a pobreza avança em direção ao Norte, e que a anarquia mundial tende para agravar-se. A sementeira de conflitos, alguns perigosamente armados, acompanha o confronto dos valores do passado em erosão com esta globalização insuficientemente compreendida pelos analistas, e casos como os do terrorismo global levam alguns a considerar que cresce a vontade de recuperar valores seculares de outros tempos não esquecidos, e que “se verifica o renascimento de um fundamentalismo em todos os domínios das maiores religiões, Islão, Cristianismo, Judaísmo, Shintoísmo, ou confucionismo (Snarr)”. É evidente que a hierarquia das potências, medida em qualquer das balanças, militar, económica, cultural, também anunciou o avanço da erosão do velho mundo, mas esse facto atinge primeiro, mais severamente, e com evidência, os pequenos países, antes protegidos pela ordem internacional que defendia a jurisdição interna, e a igualdade formal, e que agora tendem finalmente para exíguos, isto é, com reduzidas capacidades para enfrentar os novos desafios. O equilíbrio exigível para tentar racionalizar, e tornar efetiva, uma nova ordem, procurando não consentir em que o pessimismo seja a perspetiva dominante, aconselha a fazer o inventário dos aspetos positivos da evolução, abrindo cooperações para novos caminhos de esperança. E neste

domínio, os inventários correntes apontam para o crescente respeito pelos direitos do homem das novas gerações, com apoio nos movimentos que se internacionalizam contra os abusos; paralelamente, os governos de carácter totalitário vão enfraquecendo, por vezes sem dúvida alargando a área de reacção violenta contra a queda, a economia diversifica-se, e aparecem novas oportunidades, mas não se defende de crises mal compreendidas, as trocas culturais multiplicam-se, todas as culturas falam com voz própria, cada uma exige respeito e não apenas tolerância. Falta avançar com segurança na informação e no conhecimento, mas com respeito por um paradigma mundializado de valores. As Ordens devem estar na primeira linha dos que resolvem ficar para ultrapassar a crise, usando com imaginação e vontade as regras da arte.

Ordem dos Médicos

22/03/2012